

Para Sprinkel, falta restaurar a confiança

Da sucursal do RIO

Somente com a restauração da confiança, pela comunidade financeira internacional, nos programas de ajuste econômico dos países credores, inclusive o Brasil, é que será possível cogitar da possibilidade de renegociação a longo prazo da dívida externa dos países em desenvolvimento.

A afirmação é do subsecretário do Tesouro norte-americano, Beryl Sprinkel, durante entrevista, ontem, no Rio, quando manifestou seu otimismo diante do programa em curso de ajustamento da economia brasileira ao esquema acertado com o Fundo Monetário Internacional. Para ele, dentro de um ano, no máximo um ano e meio, o Brasil voltará a encontrar o caminho do desenvolvimento econômico.

Sprinkel explicou que, na sua vinda ao Brasil, procurou informar-se, junto a autoridades governamentais e economistas do setor privado, sobre a real situação da economia brasileira e dos efeitos do programa de ajustamento em execução. Sua avaliação, feita após aqueles contatos, é de que há uma "progressiva restauração do acesso brasileiro aos capitais externos", com o País adotando uma "atitude corajosa" para resolver seus problemas de inflação e de déficit público.

CASO A CASO

O subsecretário do Tesouro norte-americano mostrou-se favorável à estratégia seguida pelos países cre-

dores, nas negociações com os devedores, em que cada caso foi considerado isoladamente, sem envolver uma negociação global da dívida externa, e também sem participação dos governos dos dois lados.

Para Sprinkel, somente no ano passado cerca de US\$ 100 bilhões de dívidas dos países credores foram renegociados de acordo com aquela estratégia, com soluções a curto prazo. Ele considerou muito difícil os banqueiros concederem novos reescalamentos, antes de verificarem os efeitos da política de ajuste econômico, adotada hoje por 47 países devedores. No caso brasileiro, ele detectou agora os primeiros resultados da política acertada com o FMI, principalmente a queda da inflação no País.

Para o subsecretário do Tesouro norte-americano, os países devedores estão sendo beneficiados pela adoção de uma estratégia de cinco pontos adotada em agosto de 1982 em conjunto com os países credores e o FMI, para o acerto de suas economias. Essa estratégia envolveu a adoção de uma política de crescimento não inflacionário, a redução do déficit público e a alteração das taxas de câmbio, o estreitamento das relações com o FMI, a expansão dos financiamentos externos para o comércio exterior e o fornecimento de novos créditos por parte dos países credores, do Banco de Pagamentos Internacionais e do Federal Reserve Board (FED), dos Estados Unidos.

JOHN ALIUS
Nosso correspondente

NOVA YORK — Importantes homens de negócios e políticos norte-americanos foram informados em Nova York de que, caso se queira que os países em desenvolvimento como o Brasil resolvam os seus problemas de dívidas, deverá ocorrer a desativação das barreiras comerciais e a rápida queda nas taxas de juros e dos acréscimos de riscos cobrados pelos bancos privados.

Sérgio Corrêa da Costa, o embaixador brasileiro nos Estados Unidos, num discurso proferido diante da The American Society, disse que uma das questões centrais com as quais a economia global está deparando-se no momento é como fazer para resolver a crise das dívidas, "e isto deve preocupar os que determinam a política no mundo inteiro, tanto nos governos como nos círculos privados".

Corrêa da Costa disse que o Brasil adotou medidas domésticas — menos inflação, menor déficit público, reequilíbrio no setor externo — que dentro em breve deverão apresentar resultados no sentido de uma recuperação econômica, "e agora chegou o momento para que os governos credores e os bancos também façam o que deles se espera. Ações devem ser tomadas tanto no setor comercial como no campo financeiro".

"No campo comercial, sem diminuir a contribuição positiva que a recuperação econômica nos países industrializados pode ter em termos de demanda mais elevada e, talvez, de preços melhores para as exportações de países como o Brasil, é evidente que o principal impulso para

facilitar o aumento de nossa receita de exportação deve ser dado pela destruição do extraordinário arsenal de barreiras comerciais, principalmente de natureza não tarifária", disse Sérgio Corrêa da Costa.

"E no campo financeiro, os países devedores que, como o Brasil, estão-se esforçando, merecem uma certa ajuda adicional por parte dos bancos privados também. As taxas de juros e os *spreads* de risco devem diminuir rapidamente.

"Uma das alegações — disse o embaixador — é que a comunidade dos bancos privados tem muita coisa em jogo no conjunto dos países devedores e, conseqüentemente, deve contribuir para a sua recuperação econômica através de um relaxamento significativo dos termos de empréstimo."

Ele disse que uma "contagem preliminar" de medidas não tarifárias aplicadas aos produtos brasileiros pelos seus três principais parceiros comerciais no mundo desenvolvido, revelou que existem 68 casos no mercado japonês, 316 no mercado norte-americano e 520 no mercado da comunidade econômica européia.

Numa referência específica aos Estados Unidos, Corrêa da Costa disse que é uma "falácia perigosa" acreditar que as restrições à importação contra as exportações dos países seriamente endividados contribuirão para salvar empregos.

"Se esses países não puderem vender mais, eles também irão comprar menos dos Estados Unidos", disse ele. "E isto, aliás, é algo que já está acontecendo, a redução das exportações norte-americanas para a América Latina significou uma perda de 400 mil empregos nos Estados Unidos."